



CPR - ARMADA da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS



BOLETIM



Nº: 1/2006
Data: 16 Fev

Passagem à situação de Reserva

Na OP2 17, de 24JAN, em anexo saiu a listagem de 12 páginas de camaradas que transitaram para a situação de Reserva em 31DEZ05, para salvaguardarem as condições legais existentes a essa data, portanto, na tentativa de escaparem às medidas lesivas da Condição Militar que o Governo de maioria absoluta impôs com a anuência dos CEM.

São centenas de camaradas que em condições normais ainda estariam a servir o País na Marinha e que, assim, deixaram de contribuir com o seu saber e experiência, numa verdadeira sangria de recursos humanos – os tais que se diz pretender qualificar e que constituem a verdadeira riqueza nacional.

As implicações de tal *crime organizacional* ainda estão por apurar. Provavelmente só a distância do tempo nos dará uma verdadeira imagem da amplitude e profundidade dos seus prejuízos em todos os domínios: materiais, organizacionais, do conhecimento, agravamento do famoso défice, etc.

Porém, algumas das consequências já os camaradas que contribuem para as diversas escalas de serviço nas unidades e de embarque sentem na

pele, bem como o agravamento da desvalorização funcional e profissional a que estão a ser sujeitos aí vêm comprovar essa triste realidade que poderia ter sido evitada.

Corroborando a gravidade e leviandade com que este problema foi tratado, aí estão as convocações para efectividade de serviço na Reserva a comprová-lo. Mas também aqueles que pretendiam passar à Reserva, tendo sido apanhados nesta dificuldade de efectivos, foram impedidos de concretizar aquela pretensão, ficando sujeitos ao novo regime legal se este não for alterado e mantiverem a intenção.

Também no campo associativo este *crime organizacional* já está a ter repercussões negativas com a saída apressada de muitos Delegados e Activistas associativos, prejudicando de imediato o funcionamento dos núcleos, a mobilização para as iniciativas e a ligação fundamental entre os Sargentos e a Direcção em ambos os sentidos.

Uma consequência negativa que terá de ser ultrapassada com um reforço dos mecanismos de contacto disponibilizados pelas novas tecnologias e pelo recrutamento de novos sócios e delegados nas unidades. Este é um trabalho que já está em marcha de modo a mantermos as condições orgânicas e humanas para levar a cabo as duras batalhas associativas que se advinham neste ano de 2006.



Ser sócio da ANS é sinónimo de cidadania e civismo.

Inscribe-te e traz um amigo!

Desvalorização Funcional. Lembram-se? Tenhamos a coragem de dizer NÃO!

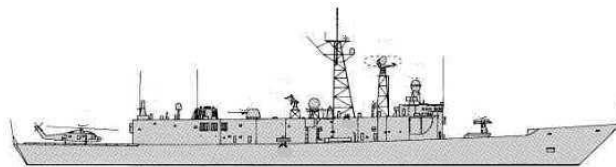
A coisa começou com a diminuição drástica de Praças e agravou-se com o famoso DL 70/2005, de 17 de Março. E quando dizemos agravou-se (começou), é porque foi aí que a tutela perdeu a vergonha e, à boleia da ‘supranumeração’, aproveitou ainda para alterar o EMFAR no seu artº 278 – alteração que, inexplicavelmente, ou não, também escorreu da pena do legislador no mesmo documento –, desvalorizando as funções dos Sargentos da Força Aérea. Ou seja, aquilo que cada vez mais se via nas Unidades Militares - Sargentos a desempenhar funções não compatíveis com o estipulado no Estatuto - tomava finalmente forma em letra de lei. Situação que em si também já não é nova, pois em 1999 aquele ramo das FA já tinha imposto esta redacção àquele artigo, mas a luta dos camaradas em torno da nossa associação conseguiu fazer regredir essas intenções. (Uma lição que nos serve a todos, mas especialmente àqueles que dizem que uma vez publicada a lei já nada a faz voltar atrás).

O facto de isto ter acontecido exclusivamente para os Sargentos da Força Aérea, como a ANS alertou na altura, tem apenas a ver com a organização bem estabelecida exigida pela manutenção de aeronaves e com o facto de, nesse Ramo, a estrutura poder ruir quando um número elevado de camaradas, por via do novo posto, passassem a ter que desempenhar novas funções e não houvesse 2SAR's e 1SAR's em quantidade suficiente para assegurar o trabalho que até aí era desempenhado por homens com 14 e mais anos no posto de 1SAR. Também aqui se comprova que a medida é inadequada: não resolve o problema das carreiras, nem o do bom funcionamento das FA e cria outros indesejáveis, mas perfeitamente previsíveis.

Todavia, mesmo não tendo havido alterações ao Estatuto no que às funções dos Sargentos da Armada diz respeito - e nada nos garante que isso não venha a acontecer numa próxima oportunidade, tal a leviandade com que estas coisas são feitas pelos nossos governantes, por vezes com a cobertura dos nossos Chefes -, isso não significa que a desvalorização funcional não seja praticada no dia a dia em todas as Unidades, principalmente naquelas em que a escassez de Praças é mais gritante, isto é, em terra.

Como os incentivos aos jovens para que ingressem nas FFAA têm funcionado mais como força repulsiva do que como motivação para que abracem a carreira militar, situação agravada com o fim efectivo do SMO, as Unidades e Organismos da Armada vêem-se confrontados com uma constante falta de meios humanos para o desempenho de tarefas de base, necessárias para que toda a organização possa então cumprir missões de nível mais complexo.

Ora, à boa maneira da ‘*maninha de pau*’ dos tempos idos, nenhum chefe ou nenhum comandante tem a coragem de dizer para cima, isto é à tutela, que assim não dá. Como as reduções nos postos de chefia e comando têm sido, em proporção, muito inferiores às levadas a cabo nas categorias intermédias e de base, o que não falta é Unidades em que a pirâmide das lotações de pessoal está



completamente invertida. Vai daí, talvez para manter mordomias de que se acham dignos mercedores por direito divino, aceitam *carga* igual ou superior à que tinham nos tempos em que havia muitas Praças e depois *desenrascam-se*, que é isso que a tropa manda fazer. E fazem-no como? Mandando, que é sempre o mais fácil.

É assim que vemos, por exemplo, um técnico encarregado da manutenção de redes informáticas desempenhar as funções para as quais recebeu formação, ao mesmo tempo que limpa, arruma e carrega o material que tem de manter, material que já foi carregado por ele para a viatura em que o transportou, viatura que, por não haver condutores, também é conduzida por ele. Ou então, também por exemplo, ver mandar o encarregado duma oficina em que não existem Praças, mudar mobílias para que um gabinete fique apto a receber um qualquer senhor oficial, que mais não tem que fazer que chegar e sentar-se para desempenhar as suas altas funções de... mandar!

Estas são situações que, para além de contraproducentes, criam uma pressão enorme sobre todos os camaradas. Sentem não serem suas as funções de base, mas têm que as desempenhar juntamente com as que vêm definidas no Estatuto para a sua categoria, sob pena de serem considerados como inflexíveis, preguiçosos ou, o que ainda é pior, desobedientes. Por outro lado, se tiverem a coragem de dizer não, vêem que não conseguem por essa via alterar o sistema: o que se passa é que será mandado outro camarada carregar, ou arrumar, ou...

É bom que todos reflectamos sobre este assunto, uma vez que ele só terá tendência a agravar-se se nada fizermos. O mundo moderno exige polivalência, e esse costuma ser um argumento para desmontar os nossos protestos. Mas é esse mesmo mundo moderno que não se compadece com mordomias do tempo do Vasco da Gama, nem com políticas de *um homem, vários chapéus*. Principalmente quando os chapéus violam flagrantemente o estatuído na Lei e servem para que quem, de facto, exerce o cargo não ganhe por posto superior, quando os tempos são de ataque desmedido às condições sociais e económicas de cada um de nós e das nossas famílias e quando são pedidos sacrifícios a uns, muitos e sem poder, e mantidas as referidas mordomias a outros, poucos e poderosos.

O bom senso costuma ser bom conselheiro, e é uma boa arma para resolver muitas situações delicadas. Mas é esse bom senso que às vezes nos transforma em ‘carneirinhos’ e deixa deteriorar conquistas tão arduamente conseguidas. Não deixem nunca que esse bom senso se sobreponha à coragem e frontalidade de dizer **não!** Se todos o fizermos, fazendo valer os nossos direitos e estatuto, estaremos a contribuir para que os nossos governantes, quando se puserem a brincar aos decretos-lei 70, pensem duas vezes. E estaremos também a contribuir para deixar aos futuros camaradas uma Armada mais eficaz, mais digna, enfim, melhor.

Mudanças

Embora sem grande nexó, sabemos de experiência feita ao longo dos anos a observar o fenómeno que sempre que um Chefe é rendido há uma série de coisas que mudam, embora nem sempre as coisas melhorem ou, por via das mudanças, funcionem melhor. Muitas das vezes com despesas desnecessárias e indefensáveis em momentos de crise e austeridade como o que vivemos à uma série de anos com os vencimentos congelados ou actualizados abaixo da inflação real.

Umás vezes são os nomes das unidades e serviços, implicando mudar todos os impressos com logótipos, carimbos e demais material burocrático. Outras são todo o mobiliário e demais apetrechos dos seus Gabinetes, não por estarem obsoletos mas para vincar o seu pequeno poder pessoal, como aconteceu recentemente com a mudança de comando no Corpo de Fuzileiros. Outras vezes...

Com a mudança de CEMA, também o Portal da Marinha nomeadamente o da Intranet, sofreram alterações. Infelizmente do ponto de vista funcional para pior. Ficou mais pesado, menos amigável, perdeu funcionalidades que serviam as secretarias das unidades, nomeadamente no acesso fácil às minutas de requerimentos e exposições.

Do ponto de vista gráfico, tem um ar mais moderno, arejado e leve, mas o tipo e tamanho de letra não ajudam nada, bem pelo contrário, dificultam a utilização, provocam mais cansaço. O download dos documentos em PDF ficou mais dificultado, utilizando uma versão que nem todos os computadores em uso na Marinha conseguem abrir com facilidade.

Numa frase: ficou pior, não valia a pena terem mudado!



BREVES

Saiu no DR 23, de 1 de Fevereiro de 2006, os novos modelos de Certificado de encarte das praças do quadro permanente (QP) da Armada, do Diploma de encarte dos sargentos dos quadros permanentes dos três ramos das Forças Armadas e das cartas-patentes dos oficiais dos quadros permanentes dos três ramos das Forças Armadas. As Portarias respectivas são as n.º 96, 97 e 98/2006.



No passado dia 19 de Janeiro o Comandante dos militares que servem o País no Arsenal do Alfeite (AA), CALM Gonçalves de Brito, convocou-os para uma reunião onde lhes deu conhecimento de uma iniciativa legislativa da respectiva Administração, sancionada e avocada pelo ALM CEMA que a sujeitou à aprovação do MDN. Esta iniciativa legislativa destina-se a constituir um **Estatuto** de enquadramento daquele pessoal a funcionar em ambiente fabril, naquele estabelecimento. De entre outros aspectos importantes prevê a atribuição de um suplemento de 14% do vencimento, a ser custeado pelos fundos próprios do AA, como compensação pelo risco e condições excepcionais de trabalho a que estão sujeitos.



Ainda o AA entregou em cerimónia oficial uma lancha concebida e construída naqueles estaleiros navais, comprovando assim as valências e possibilidades instaladas. Uma encomenda que, a nosso ver, só peca por tardia e escassa. O Arsenal foi construído para produzir, reparar e manter a Marinha e, ainda hoje, há valências que não encontramos em mais nenhuma empresa do ramo, como a assistência especializada às armas.



No jornal DN de 2 de Novembro de 2005 foi publicado um estudo sociológico que estabelece o **Ranking nacional das profissões em 2005**. Mais uma vez, contrariando o senso comum e a despeita de muita gente, infelizmente mesmo militares em todas as situações, nós, militares, continuamos bem colocados.

1º - Médicos – 67,8%; 2º - Jornalistas – 67,2%; 3º - Professores – 66,5%;

4º - Militares – 60,5%

5º - Forças de Segurança – 59,1%; 6º - Engenheiros – 53,5%;

7º - Empresários – 36,7%; 8º - Advogados – 35,9%; 9º - Juizes – 31,2%;

10º - Políticos – 13,2%

O voto dos Grupos Parlamentares

Dos relatórios das apreciações parlamentares 5 e 6, apresentadas pelo GP do PCP, no sentido de alterar os DL 166/2005, de 23 de Setembro, e 236/2005, de 25 de Julho, que introduzem, respectivamente, alterações ao EMFAR, passagem às situações de Reserva e Reforma, e à Assistência na Doença, assinado pelo Presidente da Comissão de Defesa Nacional, o Deputado Dr. Júlio Francisco Miranda Calha, constata-se que o PS, com maioria absoluta, já não respeitou uma prática que vinha sendo praticada naquela Comissão desde sempre: a de decidir por consenso, sem que qualquer maioria impusesse a sua vontade às restantes forças políticas.

Pelos relatórios se pode verificar que nas reuniões realizadas por aquela Comissão no dia 10 de Janeiro de 2006, para proceder regimentalmente à discussão e votação na especialidade das Apreciações Parlamentares, compareceram os seguintes GP's: PS, PSD, PCP, CDS/PP, tendo faltado o BE.

O PS votou contra todas as propostas de alteração respeitantes ao primeiro diploma, passagem à situação de Reserva e Reforma, como seria de esperar o PCP votou favoravelmente todas as propostas de alteração, sendo que os PSD e o CDS/PP abstiveram-se numas situações e votaram favoravelmente outras.

Na votação na especialidade das propostas de alteração ao segundo diploma a bipolarização foi muito mais nítida. Nas palavras do Presidente expressas no Relatório: “*Submetidas à votação, todas as propostas de alteração foram rejeitadas, com os votos contra do PS e votos a favor do PSD, do PCP e do CDS-PP.*”

Pelo que, declara em ambos os casos:

“Termos em que se verifica caduco o processo de apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 16_/2005, de 23 de Setembro, devendo o Plenário ser informado de tal facto e remetida para publicação a respectiva declaração, nos termos regimentais aplicáveis.”

Diz-se: “*Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és!*” Neste caso podemos dizer: “*Diz-me como votas, dir-te-ei de que lado estás!*”

Choveu dinheiro!

Há dias, conversando com um camarada sobre a necessidade de se fazerem minutas de exposições para que os camaradas que auferem vencimentos inferiores a camaradas do mesmo posto e menor antiguidade - que, com a nossa luta, um primeiro passo já tinha sido alcançado no fim do ano passado com a Marinha finalmente a *cumprir a lei*, pagando o diferencial de 5 pontos indiciários aos 2SAR e SAJ que tinham sido promovidos - e que agora os 1SAR de 1º escalão estavam a auferir um vencimento inferior ao de alguns 2SAR, sendo necessário fazer algo para que também aqui a lei fosse cumprida, um camarada nessa situação exclamou: *acho que já estão a pagar-nos, pois eu em Dezembro recebi mais ...€ de retroactivos e ninguém me soube explicar porquê!*

Apurada a situação concluímos que, afinal, pelo menos alguns 1SAR de 1º escalão da Marinha já viram a sua situação regularizada sem saberem porquê. É importante recordar-lhes que o dinheiro que lhes *choveu* no vencimento, não caiu lá por obra e graça do divino, mas devido à luta empenhada de todos os camaradas que não se conformaram com a situação e não se renderam perante a resposta do anterior DSP: *se acham que têm razão vão para tribunal!*

Os camaradas insistiram sempre, com exposições, comparecendo nas acções promovidas pela ANS pelo cumprimento da lei e, assim, lutando sem se renderem, almejavam ver o problema de todos (e não só o seu) resolvido, ou pelo menos em vias de ser totalmente resolvido.

É bom que os camaradas que estão a receber mais tenham em mente que o devem ao esforço e dedicação ao cumprimento da lei daqueles que nunca desistiram, porque sabem que *quem luta pode não ganhar, mas quem não luta já perdeu!*

A CPR-Armada está a diligenciar no sentido de apurar com rigor o ponto da situação: quem já viu o seu problema resolvido e quem, tendo o mesmo problema, ainda o tem. Só com este apuramento rigoroso é possível avançar para as acções que, de uma vez por todas lhes ponha cobro. Nesse sentido pedimos a todos os camaradas segundos, primeiros e ajudantes que nos façam chegar com brevidade informações sobre este assunto.

Em qualquer caso, como a Marinha bem sabe tem de dar conhecimento aos restantes ramos do 1SAR de 1º escalão mais moderno que está a auferir vencimento pelo índice 220, para que a lei também seja cumprida para aqueles camaradas. Esperamos que a nova chefia da Marinha seja sensível à necessidade de estes problemas serem resolvidos com celeridade para credibilização e dignificação da Instituição em que todos servimos Portugal.